

SABERES E SABORES OU CONVERSAS SOBRE HISTÓRIA E LITERATURA

*Maria do Rosário da Cunha Peixoto**

RESUMO: Este artigo tem como objetivo a reflexão sobre o longo percurso percorrido pela História até que os historiadores incorporassem à sua investigação, não só o acontecido, mas também as possibilidades não realizadas, e o desejo de utopia. Isto implicou em repensar os caminhos da narrativa histórica e suas relações com a literatura, buscando a superação da oposição aristotélica entre verdade e mentira. O que não significa igualar os campos da história e da literatura, mas considerá-los diferentes formas de apreensão de dimensões igualmente diferentes da realidade. Não se trata, portanto, de separar na literatura seus aspectos de verdade e de mentira ou de nela buscar dados objetivos. Mais do que procurar respostas, trata-se de encontrar nela as perguntas de uma época.

PALAVRAS-CHAVE: História e Literatura. Narrativa Histórica. História e Cultura. Metodologia.

ABSTRACT: This article has as objective the reflection on the long course covered by History until the historians incorporated to their investigation, not only what happened, but also the not carried though possibilities, and the utopia desire. This implied rethinking the ways of the historical narrative and its relations with literature, searching the overcoming of the Aristotelians opposition between truth and lie. That does not mean equate the fields of History and literature, but to consider them different

* Professora do Departamento de História e do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

forms of apprehension of equally different dimensions of the reality. It is not, therefore, to separate in literature its aspects of true and lie or in it searching given for objectives. More to look for answers, is to find in it the questions of a time.

KEYWORDS: History and literature. Historical narrative. History and culture. Methodology.

A ideia de juntar saber e sabor vem de Roland Barthes que, em seu livro *A aula*, afirma haver chegado a uma idade que lhe permitia o desejo de “esquecer e desaprender, de deixar trabalhar o remanejamento imprevisível que o esquecimento impõe à sedimentação dos saberes, das culturas, das crenças que atravessamos”¹ a fim de chegar a um saber, a seu ver, há muito esquecido: “*sapientia*, que quer dizer nenhum poder, um pouco de saber, uma pouco de sabedoria, e o máximo de sabor possível”.² Ele nos lembra, ainda, que ambos os termos *saber* e *sabor* têm no latim origem comum.

Indo na mesma direção, convido a pensar a história e a literatura como saberes com sabor e, a crer que, como tal, devem despertar nosso apetite.³ Este, espero, deve ser o tom desta conversa.

Falar de Literatura e de História frequentemente nos remete às questões como verdade, ficção, ciência...

Se voltarmos à Grécia, veremos que cabia aos poetas cantar os heróis e os seus feitos, suas batalhas, suas conquistas e suas derrotas. O tempo dos homens era marcado pelo tempo dos deu-

¹ BARTHES, Roland. *A aula*. São Paulo: Cultrix, s/d. Aula pronunciada na França, em 7 de janeiro de 1977. p. 21.

² Id., *Ibid.* p. 47.

³ Rubem Alves, ao comentar o mesmo texto de Barthes, acrescenta: “sábio se prende etimologicamente a sábio: eu saboreio e *sapientis* significa conhecimento saboroso”. ALVES, Rubem. *Sobre professores e as cozinheiras*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 11 jun. 1995.

ses. Homero, em sua *Iliada*, celebra a Guerra de Tróia como um acontecimento, cujo curso vai sendo determinado pelo modo em que disputas, alianças, vontades, astúcias de homens e deuses vão se entrelaçando.

Heródoto, ao criar a História, evidencia a emergência de uma nova sensibilidade na percepção dos acontecimentos e de uma nova compreensão do tempo: o tempo dos homens se separa do tempo dos deuses. Os poetas deixam de ser guardiães da memória e os narradores da história.

Em sua *Poética*, Aristóteles⁴ opunha História e Poesia, hierarquizando-as do seguinte modo: de um lado, a História, que por tratar do acontecido, de verdades particulares não universais, era vista como inferior. De outro lado, a Poesia que tendo uma universalidade maior, falando de verdades possíveis e desejáveis, possuía alcance e profundidade maiores: era superior. Foi necessário um longo percurso para que a História incorporasse à sua investigação não só o acontecido, mas também os sonhos não realizados dos dissidentes e insurgentes e, portanto, o desejo de utopias.

Historicamente, a relação entre realidade e ficção, entre ficção e ciência foi sempre ambígua. No campo literário, por exemplo, o romantismo buscou reafirmar o valor intrínseco da poesia e da literatura de ficção em oposição à ciência. O realismo naturalista, no final do século XIX e começo do XX, indo na direção contrária, pelo menos no Brasil, crê afastar-se do que seria a mera ficção, buscando dotar o texto literário de elementos científicos: a verdade, as leis do desenvolvimento histórico e social, a objetividade. Dialoga com a Antropologia, com a Biologia, com a Sociologia e também com a Geografia. Impregna-se das ideias do darwinismo social e do determinismo biológico e geográfico.

São muitos os exemplos de autores brasileiros, Júlio Ribeiro, Adolfo Caminha, Aloísio de Azevedo, cujas tramas e personagens têm na sua construção pretensões realistas e objetivos explicativos. Bastante elucidativas são as personagens femininas, cuja sexualidade exacerbada, quando não controlada pelo casamento,

⁴ ARISTÓTELES. *Poética*. Rio de Janeiro: Globo, 1996.

leva-as à loucura ou à prostituição. Tais obras, se por um lado, falham no seu intento antropológico-científico de compreender, com realismo, a psique feminina, são, por outro lado, preciosas para a compreensão do universo cultural do período e das relações de poderes, às quais as mulheres estavam submetidas, além, é claro, de nos permitir verificar o papel subversivo da literatura ao ousar discutir e publicizar temas considerados tabus ou de foro privado e inverter hierarquias.

Contemporaneamente, dos anos 1970 para cá, no interior da crítica literária emerge uma forte tendência a buscar uma aproximação com a História. Buscando nos métodos da História elementos para a análise de textos literários, Barthes, Williams, Beatriz Sarlo expressam suas preocupações em repor autores e obras estudados na trama histórica, inserindo-os no debate estético e político de sua época.

No campo historiográfico, o debate não foi simples. Não pretendendo acompanhá-lo em detalhes, aponto alguns momentos e autores que considero significativos para nossa reflexão.

No século XIX, com os positivistas, a História ganha o estatuto de ciência. Buscou-se afirmar a cientificidade da História, pela valorização do documento, que passou a ser considerado como prova histórica e, portanto, como garantia da objetividade do conhecimento histórico e de neutralidade do historiador. Ainda, a partir do final século XIX, com o marxismo, desenvolveu-se forte tendência a colocar na teoria, a objetividade da História.

Em ambos os casos, duas consequências: a literatura, relegada aos campos ou da pura imaginação ou da ideologia, se afastou da História, a qual caberia a verdade dos fatos; o historiador desaparece como autor, isto é, como sujeito construtor de um dado conhecimento histórico: alguém que elege um tema, seleciona fontes e as ordena e hierarquiza, elabora explicações.

Por essa razão, Roland Barthes, em *O discurso da História*,⁵ afirma que em sua enunciação, os historiadores escamoteiam

⁵ Apud FERREIRA, Antônio Celso. História e literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares. *Pós-História*, Assis, v. 4, 1996.

seus próprios pressupostos, construindo um texto como se a história se contasse sozinha. Partindo de fontes produzidas por alguém no passado, o historiador as integraria no interior de sua própria narrativa, criando efeitos de realidade.

Segundo o também historiador Hayden White,⁶ os historiadores permaneceram aprisionados às convenções do realismo. Presos a uma concepção já superada de ciência, isto é, de ciência como verdade, desconheceram que todo tipo de conhecimento contém elementos de imaginação e ficção. Para Hayden White, contrariamente a Aristóteles, a história seria ao mesmo tempo científica, poética e filosófica.

Na contemporaneidade, no interior da historiografia e da Crítica Literária, interessadas em pesquisar os caminhos da narrativa histórica e suas relações com a literatura, o debate cresce e se adensa. A reflexão se produz em duas direções que, às vezes, correm separadas e, às vezes, se tocam. Um dos focos desse debate é a natureza da narrativa histórica. Alguns autores, tanto historiadores como críticos literários, chamam a atenção para os processos de criação de significados e de efeitos de verdade nas várias modalidades discursivas, inclusive no discurso historiográfico. A segunda vertente toma a literatura como uma fonte de aprendizado e de inspiração, não só na elaboração de sua escrita, como na condução da própria investigação, isto é, toma-a como objeto e fonte documental.

Considerados expoentes da primeira corrente, tanto Dominick LaCapra⁷ como Hayden White⁸ sugerem que os

⁶ WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1995.

⁷ Veja-se: LaCAPRA, Dominick. *History & Criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

⁸ Vejam-se: WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1992; _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio C. de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 1994; _____. Teoria literária e escrita da História. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 21-48, 1994. Os autores Lloyd Kramer, Antônio Celso Ferreira e Júlio César

historiadores renunciem à sua pretensão realista ao ler e escrever história; que considerem a linguagem não apenas em sua função instrumental, isto é, meio de comunicação, mas em seu papel ativo, através do qual os historiadores constituem seus objetos e não apenas os significam; e, finalmente, que o historiador se reconheça, em certa medida, como um ficcionista, levando em conta que sua narrativa, como qualquer outra, está carregada de elementos de imaginação tanto quanto de realidade. Para White, este caminho supõe, antes de qualquer coisa, o abandono, pelo historiador, de perspectivas irônicas, a partir das quais constrói sua narrativa. Argumenta que a ironia, como recurso linguístico, implica e pressupõe uma perspectiva realista de abordagem da realidade, segundo a qual, ao historiador, seria possível aprendê-la tal qual é.

Dessa forma, o ironista se vê como detentor de uma sabedoria mais elevada e poderosa do que os agentes históricos e o público leitor. Assim, White critica e rejeita a ironia como uma *linguagem necessária*, a partir da qual o processo histórico deva ser lido.

Abandonar a perspectiva irônica coloca para o historiador a necessidade de criar novos tipos de escrita. White incita-os à experimentação. E, para isso, considera propício o aprendizado com a literatura.

Nessa perspectiva, várias publicações têm trazido textos de críticos literários que procuram nos trabalhos dos historiadores aspectos ficcionais e procedimentos de escrita que aproximam suas narrativas de certos gêneros literários.

Pimentel Pinto discute com muita propriedade as contribuições de LaCapra e White para o estudo da História e da Literatura. Seus textos, citados a seguir, foram importantes para a elaboração deste artigo. KRAMER, Lloyd. Literatura crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick La Capra. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992; PINTO, Júlio César Pimentel. Uma memória do mundo: ficção, memória e história em Jorge Luís Borges. São Paulo: Estação Liberdade; FAPESP, 1998; FERREIRA, Antônio Celso. História e literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares. *Pós-História*, Assis, v. 4, 1996.

Um exemplo disto são os artigos de Sandra Vasconcelos,⁹ Walnice Nogueira Galvão,¹⁰ discutindo o tema da Guerra de Canudos nos trabalhos de historiadores como Robert Levine e na obra de Euclides da Cunha. No Brasil, essas publicações se multiplicam nos anos 1990.¹¹

LaCapra, embora preocupado em pensar a História como gênero narrativo, aproxima-se também da segunda vertente ao dialogar com Bakhtin, recomendando ao historiador que adote a concepção carnavalesca de mundo como recurso literário e como utopia. Cita o Dezoito Brumário de Luis Bonaparte, de Karl Marx, como exemplo desse tipo de literatura. Afirma que produzir deslocamentos e inversões de sentido que ponham a nu e desmascarem os pressupostos da cultura oficial, no passado e no presente, significa assumir um compromisso com as transformações históricas na busca de um mundo melhor.

Na opinião tanto de White como de LaCapra, a aproximação dos historiadores com a Literatura e a Crítica Literária os tornaria mais “conscientes de seus postulados e repressões”. A linguagem usual do historiador produz “ilusão” de que seu discurso e a realidade histórica coincidem, obscurecendo o fato de que sua linguagem monológica, unidimensional não dá conta da complexidade de sujeitos, projetos e vozes presentes na cena histórica. A literatura, acreditam eles, poderia abrir os

⁹ VASCONCELOS, Sandra Guardini T. A guerra sem fim. Notas sobre o ser-tão prometido: o massacre de Canudos, de Robert Levine. In: DE DECCA, Edgar Salvadori; LAMAIRE, Ria (Org.). *Pelas margens: outros caminhos de História e de Literatura*. Campinas: Editora da UNICAMP; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

¹⁰ Walnice N. Galvão produziu uma vasta bibliografia sobre Euclides Da Cunha e Guimarães Rosa.

¹¹ Exemplos desse tipo de publicação: DE DECCA, Edgar Salvadori; LAMAIRE, Ria (Org.). *Pelas margens: outros caminhos de História e de Literatura*. Op. Cit. (nessa coletânea, historiadores falam de literatura, estudiosos de literatura falam de História); CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *A história contada*. Capítulos de História Social da Literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

horizontes dos historiadores e ampliar as possibilidades de encontrar caminhos e saídas.

No Brasil, a leitura de White e de LaCapra, muitas vezes, se encaminhou no sentido de reduzir o trabalho do historiador a uma questão textual. Há historiadores, para os quais nada existe fora do texto, posto que a realidade é, para eles, completamente inapreensível. O conhecimento histórico, dizem os relativistas, é uma mera representação do real, sem qualquer correspondência com a realidade fora da mente do historiador e a linguagem é um mero instrumento para a elaboração e comunicação de tal representação. Entre alunos de pós-graduação, a leitura de Chartier tem levado a considerar o termo representação como uma categoria abstrata, sem qualquer engajamento ou correspondência com a realidade empírica, desconsiderando, no autor, as noções de prática e de mediação. Por essa razão, em grande parte das pesquisas, as linguagens em geral e a literatura em particular não são consideradas como práticas sociais e, portanto, formas de intervenção na realidade.

O que temos então é um duplo reducionismo: da linguagem e da História.

Para outros, a leitura desses dois autores significou a radicalização da crítica a um discurso historiográfico monolítico e pretensamente objetivo. E também a busca de novos caminhos de investigação e o desenvolvimento de um olhar plural que incorporasse, a exemplo da literatura, múltiplos pontos-de-vista ou, ainda, para usar um termo literário, focos narrativos diversos.

Com esse propósito, algumas publicações trazem textos de historiadores buscando identificar, nos textos literários, concepções de História, motivações e, mesmo, intencionalidades de certos escritores de problematizar momentos e processos da história brasileira. Assim, historiadores como Sidney Chalhoub,¹²

¹² CHALHOUB, Sidney. Diálogos políticos em Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *A história contada*. Capítulos de História Social da Literatura no Brasil, op. cit.

Jefferson Cano,¹³ Edgar De Decca,¹⁴ entre outros, têm perguntado: quais os traços ou dimensões historiográficas presentes nos textos literários de autores como Machado de Assis, Lima Barreto, Euclides da Cunha.

Aprofundando essa perspectiva de análise é possível desenvolver uma reflexão que articule com sabor as noções de cultura/língua/imaginário literário e produção historiográfica.

E o ponto de partida dessa reflexão pode ser: pensar a vida cultural de uma sociedade como parte ativa no processo de construção de hegemonia, como um campo de lutas, como um lugar onde atuam forças múltiplas, portanto, como um espaço de liberdade e de opressão. Seu desvendamento, conforme nos lembra Baczko,¹⁵ passa por recuperar as principais referências do universo simbólico. É através da imaginação coletiva, diz o autor, que qualquer sociedade se percebe, isto é, cria imagens de si mesma, mas, também, do outro. Imagens, aqui, são entendidas como componentes de práticas sociais que incluem o universo de valores, aspirações, legitimações, etc.

Voltando a Barthes e ao seu texto sedutor, veremos que a língua expressa uma rede de significados e imposições, na qual estamos mergulhados.

Para esse autor, a língua, porque nos obriga a dizer, assume caráter fascista e impede o livre exercício daquele que fala, condicionando-o, aprisionando-o.

A solução apontada por ele é a de trapacear com a linguagem e a literatura é apontada como exercício dessa “trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua

¹³ CANO, Jefferson. Machado de Assis, historiador. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *A história contada*. Capítulos de História Social da Literatura no Brasil, op. cit.

¹⁴ DE DECCA, Edgar Salvadori. Quaresma: um relato de massacre republicano entre a ficção e a história. In: DE DECCA, Edgar Salvadori; LAMAIRE, Ria (Orgs.). *Pelas margens*: outros caminhos de História e de Literatura, op. cit.

¹⁵ BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Oficial; Casa da Moeda, 1986. (v.5; Anthropos/Homem)

fora do poder”¹⁶

Sugerindo caminhos para a análise, diz o autor:

é o tecido de significantes que constitui a obra, porque o texto é o próprio aflorar da língua, e porque é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é instrumento, mas pelo jogo de palavras de que ela é teatro.¹⁷

Para falar de possibilidades que nos são oferecidas pela literatura, de novo, evoco Barthes e faço minhas suas palavras, sábias e perspicazes (e também saborosas) quando afirma que a literatura assume muitos sabores ou que “todas as ciências estão presentes no monumento literário”¹⁸. Mas nunca como duplicação de seus discursos ou como retrato fiel da sociedade, pois, ainda nas palavras do mesmo autor, “a literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa”.¹⁹

Barthes continua:

Entretanto, e nisso, verdadeiramente enciclopédica, a literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso: a literatura trabalha nos interstícios da ciência: está sempre atrasada ou adiantada com relação a esta, semelhante à pedra de Bolonha, que irradia de noite o que aprovisionou durante o dia, e, por esse fulgor indireto ilumina o novo dia que chega.²⁰

Barthes vê na burla a chave que torna possível libertar a linguagem e, com ela, a história. A literatura aparece, dessa forma, como uma possibilidade real de vencer a ditadura da linguagem e da língua.

¹⁶ BARTHES, Roland. *A aula*. Op. Cit., p.16

¹⁷ Ibid., p. 17.

¹⁸ Ibid., p. 18.

¹⁹ Ibid., p. 19.

²⁰ Ibid., p. 18-19.

Deixando as palavras saborosas de Barthes, vamos recorrer à fala profunda, rigorosa e sempre oportuna de Raymond Williams com o objetivo de avançar significativamente nessa reflexão e, assim, pensarmos de forma mais politizada, o campo da linguagem e da literatura e sua relação com a História.

Williams explica a centralidade da cultura na constituição do social como uma dimensão, a partir da qual, podem-se produzir mudanças que ultrapassam a especificidade da esfera cultural em sentido estrito. Por essa, razão a criação de um Centro de Estudos culturais, juntamente com Hoggard e com Stuart Hall.

Três são os conceitos básicos que em Williams²¹ aparecem imbricados; o de cultura, o de hegemonia e o de língua (do qual deriva o de linguagem).

Cultura entendida como um processo social constituído que cria modos de vida específicos e diferentes, portanto, modos de vida são modos culturais de luta.

Hegemonia como um processo ativo e conflituoso, continuamente recriado, redefinido, modificado, supondo uma multiplicidade de experiências, relações e atividades, não se reduzindo a um processo apenas repressivo ou político em sentido estrito, nem mero reflexo de uma situação econômica. Trata-se de um processo que busca o consenso pelo duplo caminho: da sedução e do controle pela disciplinarização de atitudes, de ações, de habilidades, de valores, de sentimentos, de expectativas e de lembranças. Por outro lado, a cultura dominante está sujeita às pressões e limites de culturas alternativas ou opostas.

Nessa perspectiva, concluiremos que o processo de produção de hegemonia e contra-hegemonia diz respeito a todas as dimensões da experiência humana, incluindo a literatura e a História.

Dessa compreensão de história e de cultura, emerge a nossa compreensão de língua como atividade social e contínua que ocorre dentro de uma sociedade ativa e em transformação. Trata-se, portanto, de uma atividade que exerce pressões e fixa limites

²¹ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ao próprio desenvolvimento humano à medida que, concordando com Williams, pensamos a língua como consciência prática, capaz de ultrapassar suas formas e fórmulas.

Definindo a literatura como “a arte de mentir com o propósito de criar o prazer”, Aristóteles,²² em sua Poética, já dizia – e dessa vez, concordamos com ele – que “tornar possível o impossível é o que define a natureza do mundo ficcional”. E isso supõe liberdade.

Inspirada em Raymond Williams, Beatriz Sarlo²³ nos remete ao caráter insurgente da literatura. Aconselha-nos a procurar nela os dissidentes, os menos audíveis e visíveis, os fora de mercado em determinada época ou conjuntura.

A literatura é, segundo Beatriz Sarlo,

pelo menos desde o século XIX, quase sempre incômoda e, por vezes, escandalosa. Acolhe a ambigüidade ali onde as sociedades querem bani-la; diz, por outro lado, coisas que as sociedades preferiam não ouvir; com argúcia e futilidade, brinca de reorganizar os sistemas lógicos e os paralelismos referenciais; dilapida a linguagem porque a usa perversamente para fins que não são apenas prático-comunicativos; cerca as certezas coletivas e procura abrir brechas em suas defesas; permite-se a blasfêmia, a imoralidade, o erotismo que as sociedades só admitem como vícios privados, opina com excessos de figuração ou imaginação ficcional sobre história e política; pode ser cínica, irônica, trabalhar a paródia, dar um caráter cômico a temas que por consenso ou imposição, são dados por sérios ou proibidos; pode, no limite falar sem falar, usar a linguagem para não dizer nada em particular; exhibir essa impossibilidade na cena dos textos; falsifica, exagera, distorce porque não acata os regimes de verdade dos outros saberes e discursos. Mas nem por isso deixa de ser, a seu modo, verdadeira.²⁴

²² ARISTÓTELES, op. cit.

²³ SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 2005.

²⁴ *Ibid.*, p. 28.

Que poder é esse que a literatura tem que lhe permite dizer? Qual o seu segredo?

Em qualquer desses casos, apontados por Sarlo, a literatura abre para o historiador a possibilidade de apreender do real aspectos difíceis de se encontrar em outras práticas, portanto, em outras fontes.

Após o que já foi dito, a pergunta que novamente vem à tona é: o texto literário é um documento? Se pensarmos a palavra documento no sentido positivista de prova, capaz de apreender a realidade tal qual, então o texto literário não é documento. Mas se usarmos o documento, isto é, a obra literária, não como espelho da realidade, e sim como espaço que também expressa possibilidades de devir elaborados pelos grupos sociais em luta, ela é documento. E, no dizer de Nicolau Sevcenko “é um objeto privilegiado para estudo de mudanças não apenas registradas pela literatura, mas principalmente mudanças que se transformam em literatura.”²⁵ Mais do que dar um testemunho, ela revela momentos de tensão.

Beatriz Sarlo, ainda em *Paisagens Imaginárias*, busca responder à mesma pergunta, rejeita a leitura positivista/realista da literatura, pois, como qualquer documento, e aqui lembramos Thompson, é preciso que perguntas adequadas lhe sejam feitas. A autora argumenta:

Se o que quer dizer é que um crítico e um historiador se equivocariam ao estabelecer uma relação referencial forte e probatória entre os malevos de Borges e os freqüentadores de bodegas e zonas da periferia do início do século, a questão nem se realiza. Se o que se afirma é que carece de valor documental, então a pergunta seguinte seria: de valor documental em relação a quê?

E continua: “o texto literário, como já afirmou Starobinsk, é também, desta perspectiva, ponto de resistência para os estudos

²⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 237.

que se constroem a partir dele: tem algo que ao mesmo tempo que permite muitíssimas leituras resiste a outras”.²⁶

A autora compreende a necessidade de repor o texto literário nas condições históricas de sua produção, colocando-o em diálogo com outras fontes, a partir das quais possa ser inserido numa rede de acontecimentos e de sujeitos e de práticas culturais.

Há textos literários (e não necessariamente realistas, aparentemente mais próximos de uma trama referencial) que continuarão sendo entendidos em sua trabalhosa e complexa relação com a história. É possível que nem todas as chaves para sua compreensão estejam ali, mas as indagações que abrem também precisam da história para buscar uma resposta. Deixam suas perguntas abertas; provocam por meio delas.²⁷

Apontando na mesma direção, Sevckenko vê nos estudos literários a possibilidade de apreender os “possíveis não realizados”.²⁸ De Decca²⁹ defende a ideia de que Lima Barreto na sua obra *O triste fim de Policarpo Quaresma* problematiza a natureza autoritária, violenta e excludente da República brasileira, inclusive Canudos, de maneira mais profunda do que Euclides da Cunha, sem contudo fazer alusões diretas ao episódio. No mundo ficcional de Lima, a República pune toda iniciativa que não parta dela, melhor dizendo, dos donos do poder ou de seu pequeno grupo de apadrinhados, mesmo aquelas iniciativas que se coadunam com os seus princípios. Assim ocorre com Policarpo Quaresma, duramente punido e, finalmente, morto.

²⁶ SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. Op. cit., p. 79.

²⁷ *Ibid.*, p. 30.

²⁸ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. Op. Cit. p.21.

²⁹ DE DECCA, Edgar Salvadori. Quaresma: um relato de massacre republicano entre a ficção e a história. In: DE DECCA, Edgar Salvadori; LAMAIRE, Ria (Org.). *Pelas margens: outros caminhos de História e de Literatura*. Op. cit.

A superação – por parte de historiadores e estudiosos da língua e da literatura – da oposição aristotélica entre verdade e mentira, não iguala os campos da história e da literatura. São diferentes formas de apreensão de dimensões igualmente diferentes da realidade. Essa superação reacende o debate colocando-o em outro patamar e em outros termos.

Não se trata, portanto, de abolir diferenças entre história e ficção ou de separar na literatura seus aspectos de verdade e de mentira ou de nela buscar dados objetivos. Mais do que procurar respostas, trata-se de encontrar nela as perguntas de uma época.

A literatura abre para o historiador possibilidades de trazer à tona o que no processo de construção de hegemonia burguesa ficou no esquecimento, resistências e projetos não realizados.

Raymond Williams buscou apreender na literatura inglesa o processo de constituição do que chamou de estrutura de sentimento, isto é, a presença ativa e conflituosa de ideias, valores, sensibilidades, sentimentos, que, embora emergentes, estruturavam formas de agir e pensar. Um exemplo disso são a percepção e registro por inúmeros escritores, a partir de meados do século XIX, de forte presença nas grandes cidades de uma multidão engendrada pelas transformações advindas da Revolução Industrial. Embora, na maioria das obras, a multidão apareça sofrendo um processo de desumanização que a destitui de sentimentos de solidariedade e de consciência de pertencimento a uma coletividade, ela é percebida de maneiras diversas e conflitantes pelos diferentes escritores. Assim como são conflitantes as características que lhe são atribuídas e os sentimentos e as expectativas que provocam.

Para muitos escritores do século XIX, salienta Williams, a multidão é vista com perplexidade e medo, comparada a um monstro, a exemplo de Thomaz Hardy (1879), que a descreve como “um monstro com quatro milhões de cabeça e oito milhões de olhos”.³⁰

³⁰ WILLIAMS, Raymond. *Campo e cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 293.

Para outros, enfatiza Williams, embora vista como uma massa disforme, individualista, egoísta, como em Engels e H. G. Wells, ela é, ao mesmo tempo, potencialmente transformadora.

Inspirada em Williams³¹ e pela prática em sala de aula, destaco alguns cuidados e procedimentos metodológicos que norteiam nosso trabalho:

1) Considerar a obra literária em sua historicidade pressupõe a abordagem do fato estético em sua totalidade, isto é, integrado numa rede de relações e significados e em movimento, interagindo com a realidade num incessante e recíproco jogo de pressões e limites. Ou por outra: em permanente fazer-se. Isto implica em repor a obra no interior do gênero e do debate estético e político dos quais é parte integrante. E pensar a relação autor/leitor como parte desse jogo.

Com essa perspectiva, parece-me pertinente perguntar, com Williams, a respeito dos pontos de observação, a partir dos quais o autor observa o mundo. Com a mesma perspectiva, Sevcenko (Literatura como missão) se refere aos temas, questões e tensões presentes na realidade histórica e que se transformam em literatura. Bakhtin³², por sua vez, ressalta o caráter dialógico da literatura que expressa pontos de vista múltiplos e divergentes ou mesmo opostos aos do autor. Subjacente a todos esses posicionamentos, está a concepção de linguagem como um processo ativo, através do qual o sujeito que fala é ao mesmo tempo produto e produtor do real.

2) Atentar para a especificidade da linguagem literária, não se prendendo apenas ao enredo, mas, igualmente, à forma da escrita. Ainda para Williams, mudanças significativas na forma de ver o mundo, de se relacionar com ele, de problematizar a vida, propor ou apontar soluções, isto é, a capacidade de tornar

³¹ As referências à literatura inglesa têm como base a leitura da obra *Campo e cidade na história e na literatura*, de Williams, na qual o autor analisa a literatura inglesa do século XVI ao XX, da poesia bucólica a James Joyce.

³² BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética e o tema do romance*. São Paulo: Hucitec, 1990.

visíveis outras comunidades até então excluídas da literatura implicou em “mudanças” de orientação literária”: mudanças significativas na forma de escrever, de construir personagens, de construir temporalidades, etc. Comparando as obras de Jane Austen e George Eliot, Williams observa essa profunda ligação entre a percepção do mundo, a constituição de um público leitor e as formas de escrita. Jane Austen, ao condenar a prática estabelecida, tornada natural, de ampliar ou adquirir propriedades por meio de casamento, assume uma relação indubitavelmente crítica em relação à classe dominante inglesa à qual pertence. A romancista escreve para os de sua classe e, por esta razão, utiliza a mesma linguagem tanto para o narrador como para as personagens, estabelecendo o que Williams chama de continuidade linguística. A incapacidade de levar a crítica às suas últimas consequências ou de compreender a dimensão social e política de tal comportamento, leva-a a interpretá-lo como meramente moral e portanto como resultado de escolhas individuais dos personagens. Em *Orgulho e preconceito*, a personagem feminina, de família nobre empobrecida, recusa o matrimônio com o pároco (não tão rico) que por razões econômicas lhe é oferecido. No final, a heroína casa-se por amor com o rico, nobre, e poderoso Sr. Darci. Como se vê, Jane Austen opta pela solução conciliadora. Quando, em sua trama narrativa, menciona vizinhos, a escritora refere-se aos proprietários e não aos moradores mais próximos. Ao referir-se aos nobres, a polidez lhes é atribuída como uma de suas características naturais. E sua própria linguagem é igualmente polida.

George Eliot inclui em sua trama personagens pobres como arrendatários e fazendeiros e as duras condições de sobrevivência e de exploração às quais são submetidos. A polidez do nobre e poderoso proprietário é encarada como uma arma de dominação de classe. Ao cobrar aluguéis o proprietário usa sua polidez para demonstrar poder e humilhar o arrendatário. Assim, a autora desnaturaliza o que a muitos de sua época parece natural. Ao compor os diálogos, Eliot adota padrões diferentes de linguagem, buscando aproximar-se do falar das pessoas comuns. Não

obstante, Williams aponta sua dificuldade de individuar seus personagens, até por não conhecê-los tão bem.

3) Repor o texto literário nas condições históricas de sua produção, ou seja, recolocá-lo no debate estético e político da época, supõe confrontá-lo com outros autores e recorrer a outros documentos.

4) Problematizar a relação fonte/linguagem. Para Marcos Silva,³³ trabalhar com qualquer linguagem implica em desenvolver um conhecimento histórico que se saiba político e que enfrente a necessidade de desmontar os discursos que constituem o campo da arte como o lugar da erudição neutra. Nesse sentido, sugere voltar às discussões de Le Goff e Duby sobre as dimensões sociais, econômicas e ideológicas da arte, assumindo a interdisciplinaridade no fazer histórico como uma possibilidade de expandir o campo de articulações interpretativas e não na direção da história total. Ainda segundo o mesmo autor, é necessário pensarmos a arte como dependendo de um certo mercado, garantindo certas modalidades de relações sociais e influenciando na constituição de certa memória, o que coloca para o historiador a questão de indagar quem produz determinada linguagem, para quem produz e quem a domina, incluindo na ordem-do-dia a luta dos dominados pelo direito de se apresentarem na cena política como sujeitos, o que nos impede de pensar qualquer linguagem como neutra ou despolitizada.

Concluindo, considero importante reafirmar a compreensão da literatura como um espaço que também expressa possibilidades de devir elaboradas pelos grupos sociais em luta,

Aprender com a literatura é assumir sua capacidade de abrigar o diferente, de colocar em diálogo vozes e perspectivas opostas, de rir das perspectivas dominantes, domesticadoras, reducionistas e abrir para o leitor horizontes múltiplos, referenciais com os quais possa refletir sobre o mundo e sobre o seu próprio lugar nele.

³³ SILVA, Marcos A. O trabalho da linguagem. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 11, 45-61, set. 1985/fev. 1986.

Trapaceando com as palavras, a literatura – sábia e saborosa – nos abre as portas do mundo das utopias. E nos permite todos os sonhos: este é o seu segredo.

Recebido em março de 2011.
Aprovado em abril de 2011.